

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA**

ANA LUIZA ALVES DE OLIVEIRA DA SILVA

**BATALHA DE MEMÓRIAS:
A PESQUISA EM INSTITUIÇÕES MUSEAIS E A DITADURA CIVIL-MILITAR NO
BRASIL (1988-2023)**

Uberlândia

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

ANA LUIZA ALVES DE OLIVEIRA DA SILVA

BATALHA DE MEMÓRIAS:
A PESQUISA EM INSTITUIÇÕES MUSEAIS E A DITADURA CIVIL-MILITAR NO
BRASIL (1988-2023)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de História (INHIS) da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para obtenção do título de bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Newton Dângelo

Uberlândia

2024

ANA LUIZA ALVES DE OLIVEIRA DA SILVA

BATALHA DE MEMÓRIAS:
A PESQUISA EM INSTITUIÇÕES MUSEAIS E A DITADURA CIVIL-MILITAR NO
BRASIL (1988-2023)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de História (INHIS) da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para obtenção do título de bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Newton Dângelo

Uberlândia, 22 de novembro de 2024.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Newton Dângelo (Orientador)

Prof. Dr. Gustavo de Souza Oliveira (UFU)

Profª. Dra. Roberta Paula Gomes Silva (ESEBA/UFU)

AGRADECIMENTOS

Devo tudo que sou a minha família. Mais especificamente tenho que agradecer aos meus pais, Ana Paula da Silva de Oliveira e Evaldo Alves de Oliveira, por me apoiarem em qualquer caminho que eu escolho seguir. Espero ser uma grande fonte de orgulho para vocês, pois nada me deixaria mais feliz e realizada quanto isso.

Igualmente, não posso deixar de esclarecer o quanto eu sou grata a uma grande amiga, Marina de Oliveira Bortolatto, por estar sempre tão presente na minha vida, mesmo com 1080 km nos separando. Você também faz parte da minha família.

Agradeço também ao professor Newton Dângelo por aceitar me orientar durante tanto tempo, entre iniciação científica e este trabalho. Todo o suporte que o senhor me ofereceu foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho.

Por último, agradeço incisivamente a todos que aceitaram compor as entrevistas para a realização desta pesquisa. Sem vocês esse trabalho não seria tão completo e detalhado.

RESUMO

Com o impeachment da ex-presidente do Brasil Dilma Rousseff, ex-militante política, e a ascensão de Jair Messias Bolsonaro à presidência em 2019, diversos negacionismos sobre o período ditatorial mais recente pelo qual o Brasil passou submergiram e passaram a disputar o espaço público com as memórias reveladas pelos ex-presos e familiares de mortos e desaparecidos políticos durante os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, a qual entregou seu relatório final em 2014. Em meio a todos esses acontecimentos, muitas vezes é esquecido o fato de que não só pessoas produzem narrativas e memórias sobre o passado, inserindo-as no espaço público, mas também as instituições o fazem e repassam para a sociedade, como os museus, que o fazem por meio da História Pública. Dessa forma, esse trabalho objetiva a análise e comparação da origem e das atividades do Memorial da Resistência de São Paulo, do Museu da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro e do Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana, ambos situados na capital carioca, buscando compreender as narrativas acerca da memória do período ditatorial realizadas por cada instituição museal e como esta memória é repassada ao público visitante por meio de exposições permanentes e páginas na internet, durante o período da história brasileira de restabelecimento da democracia (1988-2023). Logo, esta pesquisa procurou responder às seguintes perguntas: de que maneira o público participa dos projetos das instituições museais? Como essas instituições organizam seus acervos a fim de estabelecer diferentes leituras sobre memórias traumáticas desse período? Como elas se instituíram em um período de restabelecimento democrático? Para isso, no ano de 2023, foram realizadas visitas técnicas a essas instituições e breves entrevistas, isso por meio da metodologia da História Oral, com os visitantes desses museus, em busca de dados não disponíveis em bibliografia lida anteriormente.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar Brasileira; museus; narrativa.

SUMÁRIO

1-Introdução.	6
2-Metodologia	7
3-Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana	9
4-Museu da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro	16
5-Memorial da Resistência de São Paulo	22
6-Conclusões	29
7-Referências Bibliográficas	30

1-Introdução

Durante minha infância, meus avós adoravam contar suas próprias histórias. Contavam sobre como era viver no Sergipe dos anos 1940-1950, afetados pelo descaso estatal e pelo cangaço. Também relatavam acerca de suas mudanças para o Rio de Janeiro nos anos 60, um caminhoneiro e uma doméstica/costureira vindos diretamente do sertão, primos que foram se conhecer apenas na capital, apaixonaram-se e casaram. Eles recordavam muito bem de outros períodos da nossa história recente, como o altar que minha bisavó tinha para o presidente Getúlio Vargas por causa da criação das leis trabalhistas, o confisco das poupanças na era Collor e os denominados “fiscais do Sarney”. Entretanto, sempre existiu uma lacuna em suas memórias acerca da época que, neste trabalho, identifico como Ditadura Civil-Militar Brasileira.¹

Ambos eram trabalhadores pobres da zona norte do Rio de Janeiro, sem nenhum tipo de educação formal e política para entender por completo os meandros e abominações ocorrentes no período do regime. Percebi desde cedo esse silêncio em suas narrativas, além de outras diversas memórias que começaram a aparecer de forma mais recorrente e pública com a Comissão Nacional da Verdade (CNV) de 2012. Com dez anos, eu ainda não entendia o que o historiador Michael Pollak denominava de “batalha de memórias”, ou seja, uma dialética entre a “memória subterrânea” e a “memória dominante” pela predominância no espaço público, entretanto, com o relatório final da Comissão em 2014, com o golpe que retirou a presidente Dilma Rousseff do poder precocemente e a eleição de Jair Bolsonaro à presidência em 2019, alguém que defendeu publicamente o torturador e coronel Carlos Brilhante Ustra, passei a entender o que é referenciado no texto “Memória, Esquecimento, Silêncio”: memórias e esquecimentos são produzidos socialmente e usados politicamente, não é algo natural (Pollak, 1989).

Antes da CNV, militares que fizeram parte da Ditadura apoiavam o esquecimento, a “virada de página”, o “seguir em frente” em busca do progresso da nação, aproveitando-se da lei da Anistia, a qual também perdoou os agentes do regime, que fizeram da tortura sua política de Estado (Pereira, 2015). Logo, concordo com Mateus Pereira ao compreender que a impunidade e a ausência de arrependimento são grandes fatores causadores do negacionismo e do revisionismo na atualidade (Pereira, 2015), produzindo uma reação contra as “memórias subterrâneas” da ditadura, ou seja, um “batalha de memórias” contra as memórias de ex-presos

¹ Este trabalho utiliza-se do termo “Ditadura Civil-Militar Brasileira”, estando de acordo com diversas obras produzidas pelo historiador Daniel Aarão Reis, onde é identificado a participação da sociedade civil desde o golpe de 1964, o qual instaurou o Regime.

políticos e familiares de mortos e desaparecidos que emergem, em sua maioria, a partir do período de transição política, quando se dá início à um “processo de conhecimento social sobre a ditadura, em decorrência da realização de entrevistas, investigações e reportagens jornalísticas, do lançamento de livros de memórias de ex-presos e perseguidos políticos” (Bauer, 2018). Portanto, todos nós realizamos certo “enquadramento de memórias” (Pollak, 1989), inclusive as instituições, como os museus.

Dessa forma, este artigo objetiva a análise e comparação da origem e atividades do Memorial da Resistência de São Paulo, do Museu da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro e do Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana, ambos situados na capital carioca, buscando compreender as narrativas acerca da memória da Ditadura Civil-Militar realizadas por cada instituição museal, como esta memória é repassada ao público visitante por meio de exposições e páginas na internet e como estas instituições são configuradas em relação a pesquisa acadêmica, em um período de restabelecimento da democracia (1988-2023).

Para tal, realizei pesquisas em bibliografia acadêmica diversa acerca de temas de extrema importância para o trabalho, por exemplo a museologia, estudos sobre a memória e a Ditadura Civil-Militar Brasileira. Além disso, a partir de visitas técnicas e entrevistas² procurei recompor, durante os meses de outubro e novembro de 2023, com a ajuda dos técnicos atuantes nas instituições e seus visitantes, informações cruciais que não estavam disponíveis anteriormente, como a composição de seus acervos, o funcionamento dessas instituições e de seus projetos educativos.

Isto posto, esta pesquisa se justifica pelo fato de que ainda é necessário estudar e comparar essas memórias de diferentes grupos sociais sobre o período do regime. Sendo assim, de que maneira o público participa dos projetos das instituições museais? Como essas instituições organizam seus acervos a fim de estabelecer diferentes leituras sobre memórias traumáticas desse período? Como elas se instituíram em um período de restabelecimento democrático? São estas as perguntas que procurei responder com este trabalho.

2-Metodologia

² Para a composição das entrevistas a metodologia de história oral se fez necessária, com o auxílio de estudos como o de Alistair Thomson e seu texto “Recompondo a memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias” (1997), onde o autor discute sobre a relação entre a história oral e a memória dos entrevistados, e como essa metodologia pode “dar voz a experiências vividas por indivíduos e grupos que foram excluídos das narrativas históricas anteriores, ou foram marginalizados.” (Thomson, 1997, p. 69), além de complementar com a afirmação de que todo o trabalho de história oral também é um trabalho de história pública, com lembranças sendo rememoradas, mas sempre existindo uma tensão entre a memória pessoal e a história coletiva de determinado evento (Thomson, 1997).

As fontes mobilizadas para esta pesquisa são, principalmente, os acervos dos museus: a exposição de longa duração do Memorial da Resistência (criada em 2009), a exposição permanente e a reserva técnica do Museu da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro e, por último, a exposição permanente (criada nos anos 1990) e a ausência do período pós 1964 no Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana. Todas estas instituições são consideradas fontes patrimoniais.

Como já citado anteriormente, para a realização deste trabalho foram necessárias a leitura de referências bibliográficas que retratassem conceitos de extrema relevância, por exemplo a memória (seja ela subterrânea, dominante ou coletiva), a história pública como fator de grande importância no combate de negacionismos na atualidade brasileira³ e a história do tempo presente. Quanto à bibliografia específica sobre a temporalidade da ditadura civil-militar, utilizei as referências da obra “O Brasil Republicano: O tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX - Volume 4” (2003), a fim de compreender o contexto político e cultural do Regime Militar, além de metodologias como a história oral e a museologia. Estas abordagens são expostas a seguir, com o intuito de trazer o debate sobre a formação destes museus e suas visões sobre a ditadura, em diálogo com o suporte teórico que selecionei durante a realização da pesquisa.

O sociólogo francês Maurice Halbwachs em seu livro “A memória coletiva”, entende que o ser humano se transforma, entretanto a coletividade possui uma tendência de preservar a manutenção do espaço para se reconhecer nele, identificar-se, pois “...como todo elemento de estabilidade faz falta no mundo dos pensamentos e sentimentos, é na matéria e sobre uma das várias partes do espaço que ela deve assegurar seu equilíbrio.” (Halbwachs, 1990, p. 156).

Para este autor, há um caráter de imutabilidade, de estabilidade dos materiais, o que gera uma memória de apego da permanência desse objeto. Dessa forma, é a partir do espaço imutável que constrói-se a memória coletiva, pois este espaço, individualmente, não possui valor, só existe porque a comunidade (ou seja, a memória coletiva) lhe confere significado, sentido (Halbwachs, 1990). O grupo adere ao seu lugar a partir de tradições, costumes e de um processo de resistência às mudanças, portanto, o espaço e a memória são inseparáveis (Halbwachs, 1990).

³ José Newton Coelho Meneses afirma que qualquer patrimônio é um meio de história pública: “É História porque quer registrar o tempo da construção memorialística geradora do sentido patrimonial, e é pública porque assume os discursos da coisa que é de todos, para a fruição de todos e para o bem de todos.” (Meneses, 2018, p. 69). Portanto, de acordo com este autor, o passado influencia discussões sobre o patrimônio e sobre a memória que se quer preservar no presente, além de que, o patrimônio possui o poder de construir narrativas de história pública, sendo narrativa entendida como uma “forma partilhada de linguagem, construída no intercâmbio de relações humanas, de tempos e de espaços, de forma a dar sentido e significação histórica a eventos identitários de grupos sociais.” (Meneses, 2018, p. 75).

Este trabalho também incorpora a posição do historiador Ulpiano T. Bezerra de Meneses, o qual compreende que existe uma efervescência do estudo e preservação da memória, principalmente com o uso de suportes documentais e bases de dados eletrônicos, porém, falta o ato de historicizá-los e criticá-los, pois há muito acesso à informação, mas pouco conhecimento produzido sobre esses materiais de fato, o que é comprovado com a descontextualização desses objetos em exposições museológicas e a “disneyficação” dos museus, os quais são entregues ao consumo, viram produtos turísticos que visam o lucro na sociedade capitalista, ao invés de trabalharem em prol da pesquisa científica e de uma demanda social, sendo necessário uma contra revolução com o artifício da pesquisa (Meneses, 1999).

Sobre o conceito de história pública utilizado neste trabalho, identifico o significado proposto pelo professor de história norte-americano Gerald Zahavi como o que melhor define o termo: sendo amplo e interdisciplinar, a história pública é uma história pesquisada e aplicada em todos os âmbitos da vida pública em sociedade, como em filmes, livros, na Internet, nos materiais didáticos, em museus, inclusive com a inserção da pedagogia ao se infiltrar nos temas de disputas de memórias, narrativas e ideologias no espaço público, pois estão ligadas a temas sensíveis e contraditórios que devem ser encarados (Zahavi, 2011). Dessa forma, é perceptível a visualização do papel da História feita para o público e também realizada por este de forma colaborativa, servindo de guia para compreender questões sociais e políticas no mundo contemporâneo (Mauad; Almeida; Santhiago, 2016).

Ademais, todo esse trabalho é baseado na história do tempo presente, campo de estudo este que surge com os historiadores políticos nos anos 1950, pós Segunda Guerra Mundial, quando a sociedade possuía grande interesse de entender os acontecimentos traumáticos recentes (Chauveau; Tétart, 1999). Logo, devido à demanda social por respostas acerca de questões contemporâneas, o historiador está inserido no tempo histórico que pesquisa, é ator ou espectador dos eventos históricos, o que gera “uma nova relação entre o cientista e seu campo de investigação.” (Chauveau; Tétart, 1999, p. 31), baseada na percepção e no contexto do pesquisador, entretanto, é dever do mesmo se abster o máximo possível de sua própria subjetividade para compreender verdadeiramente sobre a fonte (Chauveau; Tétart, 1999). É dessa forma que esse texto busca analisar os museus aqui já citados.

3-Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana

A primeira vez que visitei o complexo do Forte de Copacabana, incluindo o Museu Histórico do Exército (MHEx/FC), foi no dia seis de outubro de 2023. Foi em uma tarde de

sexta-feira, com o local lotado de turistas adentrando o Forte pelo Pórtico de entrada, passeando e tirando fotos na bela vista proporcionada pela Alameda Otávio Correia, tomando um café na Confeitaria Colombo ou visitando o espaço do Museu Histórico do Exército. Obviamente, de início, este complexo não foi pensado como um espaço cultural, mas sim como um sistema defensivo na Baía de Guanabara para proteção da antiga capital do país, o Rio de Janeiro (Marques, 2019, p. 42). Construído entre os anos de 1908 e 1914 no bairro de Copacabana⁴, este forte foi o último construído na cidade, sendo muito celebrado no momento de sua inauguração por ser considerado a fortificação “mais moderna e poderosa do Brasil” (Pinto, 1959 apud Marques, 2019, p. 45), com uma grande estrutura e paredes com “espessura de 12 metros na face para o mar e 4 metros no topo, o que a tornava praticamente imune ao ataque da artilharia, sendo suas peças consideradas melhores que as peças norte-americanas” (Castro, 2009 apud Marques, 2019, p. 43).

O acervo do MHEx/FC remonta desde o século XVIII, quando D. Antônio Álvares da Cunha, o Conde da Cunha, resolveu guardar o acervo militar na antiga Casa de Armas na Fortaleza da Conceição, no Rio de Janeiro (Museu Histórico do Exército, 2009 apud Marques, 2019). Porém, esses objetos ainda mudariam muitas vezes de endereço até chegar ao Forte de Copacabana, passando pelo atual Museu Histórico Nacional (MHN), sendo encaixotado no Quartel General, guardado no Arsenal de Guerra, posteriormente exposto no Palácio da Guerra (onde atualmente é o Palácio Duque de Caxias) nos anos 1950 até ser transferido para a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), onde permaneceu por dez anos até a sua penúltima transferência para as Casas de Deodoro e de Osório, localizadas no centro do Rio de Janeiro e onde se fixou o Museu do Exército por mais de vinte anos (Marques, 2019).

Logo, é perceptível que, gradativamente, o Exército se importava cada vez mais com a guarda do seu patrimônio e por narrar sua história a partir do próprio ponto de vista da instituição, no entanto, não conseguiam encontrar o lugar ideal que fornecesse a estrutura adequada para um museu, apenas o localizando no ano de 1986, com a última mudança do acervo para o Forte de Copacabana e também com a mudança de nomenclatura do Museu do Exército, tornando-se, a partir de então, o Museu Histórico do Exército, pelo qual o conhecemos até os dias de hoje (Marques, 2019). Vale ressaltar que, em 1985 havia terminado o período da

⁴ É possível perceber a presença marcada do complexo na história brasileira, principalmente no episódio denominado “os 18 do Forte”, quando jovens tenentes saíram do Forte e marcharam pela Avenida Atlântica contra o governo de Epitácio Pessoa (Gutterres, 2013, p. 22), mas também há um acontecimento menos lembrado, quando 40 oficiais tomaram a fortificação de forma simbólica para que ocorresse o golpe de 1964 (Castro, 2009; Museu Histórico do Exército, 2009 apud Marques, 2019, p. 45). Entretanto, com a evolução da aviação, a artilharia de costa tornou-se desnecessária, então o Forte de Copacabana deixou de possuir uma função bélica no ano de 1986, passando a contar como sede do Museu Histórico do Exército. (Marques, 2019).

Ditadura Civil-Militar, a qual gerou uma imagem negativa da instituição devido à violência praticada contra os insurgentes do regime (Marques, 2019), sendo óbvia a vontade deles de esquecer esse passado recente e a busca pela recuperação de uma boa imagem perante a sociedade por meio do museu, evidenciando-os como extremamente necessário para o bom funcionamento da nação.

Devemos considerar ainda que a criação do Museu Histórico do Exército no Forte de Copacabana se configurou especialmente como um ato político, com o objetivo de divulgar, junto à população brasileira, a imagem de um Exército engajado com a preservação de seu patrimônio histórico, possibilitando a divulgação da história militar brasileira. (Marques, 2019, p. 16).

No mesmo ano da mudança de nomenclatura do Museu Histórico do Exército, houve também a construção de uma “Comissão de Estudo e Organização do Museu do Exército”, composta por civis e militares (entre eles existia um historiador, um museólogo e um crítico de artes visuais) a qual seria responsável por organizar o museu, seus acervos e suas exposições e, inclusive, foi responsável por decidir a atual localização do museu dentro do Forte (Marques, 2019). A narrativa⁵ escolhida por eles foi a apresentação da história da força militar brasileira entrelaçada a eventos de grande importância no país, seguindo uma ordem cronológica do período colonial até o período republicano (Marques, 2019), além de se utilizarem de um sentimento nacionalista de formação da pátria.

De acordo com entrevistas realizadas por Fernanda Cristina Nunes Pontes Marques⁶ com antigos funcionários, inicialmente, mesmo com a falta de recursos, houve a catalogação e restauração do acervo e construção de exposições temporárias por técnicos (museólogos civis) de forma voluntária, isso porque acreditavam nesse projeto, envolveram-se emocionalmente com a ideia e se engajaram na sua construção (Marques, 2019). Foi somente sob o comando do

⁵ Sobre o significado de “narrativa” descrito neste trabalho: no artigo escrito por Ulpiano T. Bezerra de Meneses, “A exposição museológica e o conhecimento histórico”, os museus são descritos como responsáveis por tarefas educacionais, com obrigações sociais e políticas, mas também podem estar inseridos no universo da produção do conhecimento histórico (Meneses, 2005). Ademais, discute-se a importância do acervo em um museu histórico, o qual, parafraseando Edwina Taborsky, “o museu só se interessa pelos objetos materiais por causa do sentido. E, nisso, ele tem condições de análise e entendimento que nenhuma outra plataforma em nossa sociedade iguala.” (Meneses, 2005, p. 18-19), ou seja, o museu pode ampliar nossos horizontes de conhecimento, porque nos apresenta, por meio dos objetos organizados em exposições, vários significados que lhes foram dados pela comunidade em que estiveram inseridos, assumindo valores afetivos, estéticos, cognitivos entre outros (Meneses, 2005). Logo, é visível que a exposição é uma convenção visual produtora de sentidos, isto significa que não é natural, é uma construção, é a linguagem do museu, sua narrativa, a forma que ele se comunica com o público visitante (Meneses, 2005).

⁶ Essa autora foi amplamente citada neste trabalho por ser museóloga na Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEX), portanto, ela conseguiu obter maior acesso à informações relativas ao Exército para a publicação de sua tese do que eu, sendo que até a minha entrada na reserva técnica do museu foi negada.

cel José Luiz Freitas que o Forte conseguiu receber os recursos financeiros necessários para a reforma de toda a estrutura arquitetônica do complexo, a fim de atrair o turismo para o local, incluindo a reforma da Alameda Otávio Correia e a inauguração do salão “Colônia-Império” em 1996 (Marques, 2019).

O salão “Colônia-Império” é descrito pelo site do MHEX/FC na internet como um espaço para a celebração da figura do Duque de Caxias, o patrono do Exército, além de retratar a participação da instituição ao defender as fronteiras do Brasil desde 1500, dessa forma, impedindo uma fragmentação territorial. Logo, os tempos históricos retratados nesta exposição são: o “descobrimento” do Brasil, as capitânicas hereditárias, excursões bandeirantes, invasões territoriais e a proclamação da República, ou seja, de 1500 até 1889 (Exposições, 2023).

Já o salão “República” foi aberto ao público em 1999, no comando do coronel Boelhouwer (Marques, 2019), e este cômodo era o responsável por narrar a participação do Exército durante o período republicano de 1889 a 1945, expondo grandes momentos da história nacional, como a Primeira Assembleia Constituinte, a Revolta da Armada, a Guerra de Canudos, a modernização do Exército e os trabalhos do Marechal Rondon, o levante dos 18 do Forte e a atuação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra Mundial (Exposições, 2023).

Também existe um “Gabinete de Curiosidades”, onde é narrado acerca das missões de paz do Exército Brasileiro, principalmente a que ocorreu no Haiti entre 2004 e 2017 denominada MINUSTAH (Histórico, 2024). Seu acervo inclui muitos objetos doados por soldados, como troféus, medalhas, uniformes, fotografias, além de muitas miniaturas, bandeiras e homenagens.

Logo, é perceptível que as exposições permanentes deste museu estão defasadas, estagnadas no tempo, como, por exemplo, ao utilizar o termo “descobrimento do Brasil”, que faz alusão a uma ideia equivocada da chegada inesperada e não planejada dos portugueses em terras brasileiras. Outros marcos importantes que foram ignorados foi a entrada das mulheres nas forças armadas. Além disso, é um museu com uma história ascendente, com presença majoritária das figuras representadas sendo homens brancos, excluindo pessoas pretas e mulheres, além de colocar o indígena em uma posição subalternizada, quase como se fosse um figurante da história nacional. Outro fato a ser destacado é a construção dos salões “Colônia-Império” e “República”, os quais não possuem como foco principal os objetos presentes no acervo, mas sim é formado um “cenário”, uma vitrine com esses objetos, suas réplicas e outras peças, como manequins e miniaturas. Aqui, há uma facilitação extrema da comunicação da narrativa do Exército para o público visitante, mas será que ele precisa ter essa informação de

forma tão facilitada? Isso não seria duvidar do senso crítico do visitante? Há de se concordar com Ulpiano Bezerra de Meneses ao compreender que “...o museu histórico deve operar com problemas históricos, isto é, problemas que dizem respeito à dinâmica na vida das sociedades.” (Meneses, 2005, p. 28), ou seja, a exposição deve ser norteada de uma questão problematizadora, não só posicionar os objetos em exposição, mas problematizá-los, criar uma temática, entender seus sentidos sociais e explorá-los, dessa forma, ampliando a dimensão política do museu, a qual, geralmente “é substituída pelo paternalismo, ou, mais raramente hoje, pelo elitismo.” (Meneses, 2005, p. 32). Conjuntamente, esses “cenários” criados para a exposição, ao invés de gerar um contexto para aqueles objetos, essa modalidade de agrupamento de objetos tal qual se encontram na realidade passada

...congela arbitrariamente, num de seus vários contextos, objetos que têm histórias, trajetórias (Kopytoff 1986). O ideal seria dar conta dessa dimensão biográfica, que representa a mobilização dos objetos para produção dos diversos estratos de sentido que podem ser historicamente levantados (...) a reprodução de contextos que são pura aparência inverte o papel da exposição na produção de conhecimento: ao invés de partir destas relações aparentes para romper a unidade superficial daquilo que é apenas empiricamente verificável, sensorialmente apreensível, a fim de encontrar linhas de unidade mais profunda e substancial (...) Ao invés deste esforço crítico e criativo, a exposição termina aí, reforçando aquilo que a ação imediata dos sentidos já havia fornecido, mascarando as articulações invisíveis, porém determinantes. (Meneses, 2005, p. 41-42).

Ademais, é visível a importância da questão sobre a exaltação nacionalista presente neste museu, o qual utiliza dos objetos em seu acervo, como a cômoda de trabalho de Duque de Caxias, antigos uniformes e armamento militares, medalhas e bandeiras do Brasil e até uma mecha de cabelo de Napoleão Bonaparte, a fim de agregar credibilidade aos valores que o público visitante deve exaltar (Meneses, 2005, p. 27) que, de acordo com o site do Museu Histórico do Exército seriam os valores do patriotismo, do civismo e do culto às tradições históricas, do espírito de corpo (camaradagem), da probidade e do aprimoramento técnico e profissional (Missão, 2023).

Durante o ano de 2009 foi montada uma outra exposição permanente, denominada “salão dos governos militares”, onde havia painéis explicativos sobre cada presidente do período da Ditadura Civil-Militar brasileira e os maiores feitos de seus governos. Em conjunto, havia algumas peças pessoais de cada governante, como medalhas. Entretanto, esta exposição foi desmobilizada no ano de 2019 para não ocasionar polêmicas entre o público visitante.⁷

⁷ Informações retiradas de arquivos pessoais referente a entrevista com o técnico do Museu Histórico do Exército.

É importante frisar que, no ano de 2009 o diretor do Museu Histórico do Exército e comandante do Forte de Copacabana era o cel Edson Silva de Oliveira, responsável por aumentar a visibilidade do complexo perante a sociedade, provocando uma reação de “abrir as portas”, popularizando o espaço do Forte a partir da realização de eventos (Marques, 2019, p. 77).

Com ele, foram implantados projetos que previam desde a manutenção de áreas do sítio, como reformas, pinturas e trocas de equipamentos, passando por ações de capacitação de pessoal e de segurança, a ações voltadas ao público e ampliação e melhoria das áreas expositivas. Destaque para as ações voltadas para o público interno, como a melhoria das instalações, alimentação e capacitação do pessoal... (Marques, 2019, p. 77).

Também foi neste ano que várias ações em prol das vítimas da repressão e do acesso à memória deste período aconteceram, como a agilização, desde 2008, dos processos de indenização e anistia por parte da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça (Reportagem, 2009), a criação do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil - Memórias Reveladas, que é basicamente um banco de dados o qual todos podem contribuir e visualizar documentos acerca da Ditadura Civil-Militar brasileira (Memórias, 2024), além da abertura de parte dos arquivos sigilosos da Ditadura pelo governo do presidente Lula (Guerreiro, 2009), sendo que a Lei de Acesso à Informação entrou em vigor apenas no ano de 2011. Esse contexto em âmbito nacional de luta contra o esquecimento de questões sobre o regime pode ter influenciado a abertura da exposição permanente “salão dos governos militares”.

Entretanto, como já citado anteriormente, a exposição foi desmobilizada em 2019 para evitar polêmicas com os visitantes do museu. Algumas indicações de possíveis razões para o fechamento deste salão estão inseridas dentro de um contexto muito específico: de acordo com José Murilo de Carvalho, anteriormente, de 1988 até 2005 há uma espécie de não interferência das Forças Armadas na política, pois não existiria mais o perigo comunista rondando o Brasil com o fim da Guerra Fria e da União Soviética, tendo os Estados Unidos capitalista saído vencedor do conflito (Carvalho, 2019).⁸ Em 2015 este grupo volta a fazer declarações públicas sobre a política do país, buscando interferir nessa temática, como na sua postura de oposição em liberar arquivos relacionados à repressão no Regime. Outra situação de extrema importância ocorreu em 2018, quando Jair Messias Bolsonaro, um capitão reformado do Exército que negava a existência de uma ditadura militar no Brasil e chamava abertamente o torturador

⁸ Para maiores informações sobre a participação das Forças Armadas em diferentes períodos da história nacional, ler o livro “Forças Armadas e política no Brasil”, escrito em 2019 pelo historiador já falecido José Murilo de Carvalho.

Brilhante Ustra de herói, ganhou as eleições para o cargo de presidência da República, angariando, nessa jornada, muitos apoiadores em todo o país (Carvalho, 2019).

Ao visitar o museu posteriormente, no primeiro semestre de 2024, o antigo salão que abrigava a exposição sobre os governos militares já estava totalmente diferente. Nele, havia várias vitrines com miniaturas de armamentos e carros de combate, além de maquetes.

Imagem 1 - vitrine referente as miniaturas do carro de combate M4 Sherman.



Fonte: fotografia do dia 14 de abril de 2024, retirada do meu arquivo pessoal.

Portanto, como demonstrado, o Museu Histórico do Exército no Forte de Copacabana não narra mais sobre os eventos situados no período de Ditadura Civil-Militar Brasileira, ou seja, realizaram uma escolha que perpetua o esquecimento desta temporalidade para o público visitante do museu, fazendo com que ocorra um processo de “enquadramento de memória” (Pollak, 1989), onde a memória do regime se ausenta do debate público, neste caso devido à vontade da instituição. Entende-se que a narrativa exposta pela instituição é de uma “história dos vencedores”, como diria Walter Benjamin citado pela autora Maria Célia Paoli, causando a ilegitimidade da memória popular e negando a população seu direito ao passado:

Ao esconder e silenciar as outras narrativas dos acontecimentos passados e presentes, essa história se torna 'oficial' (...) A política de patrimônio que daí deriva conserva esta significação ao preservar apenas estes testemunhos. Pouco importa se neles não tenha restado nem um traço das servidões que custaram, nem dos conflitos neles inscritos. Afasta-se o sentido da história do da memória social ou, em outros termos, aposta-se que não há memória popular e/ou alternativa à do poder que seja suficientemente valiosa (ou documentada) para poder ser recriada." (Paoli, 1992, p. 26).

Ao entrevistar uma parcela do público visitante, foi possível perceber que o interesse destes pela área cultural, pela história do Brasil, principalmente focado no âmbito do Exército, os trouxe para essa visita, com a organização do acervo sendo essencial para gerar neles uma imagem positiva da instituição ao demonstrar as ações do Exército em várias revoltas a fim de evitar a fragmentação nacional e impor a ordem, além de desbravar terras brasileiras para mapear o território. Das cinco pessoas entrevistadas⁹, apenas uma declarou sentir falta de mais peças de acervo narrando sobre a atualidade do Exército, enquanto apenas uma outra pessoa notou que a narrativa do museu era totalmente positiva, sem maiores críticas à instituição.

Essas entrevistas não foram insuficientes ao ajudar a constatar a deficiência da utilização do pensamento crítico dentro dos museus de histórias, raciocínio este que não é estimulado pelos conteúdos ensinados nas escolas, os quais “têm privilegiado padrões de cultura importados, aplicados sem a devida redução social em currículos com conteúdos impostos de cima para baixo, dissociados da realidade dos alunos” (Santos, 2008, p. 132). Dessa forma, mesmo com o currículo de História da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) apresentando a relação de passado/presente como de significativa importância para o estudante, não há desenvolvimento dessa proposta para conectar o cotidiano do aluno com o passado, o que prejudica seriamente sua condição de aprendizagem, o que, conseqüentemente, abrangendo a temática museal, torna o patrimônio cultural como algo “que se esgota no passado, cabendo aos sujeitos sociais contemplá-lo de maneira passiva, sem nenhuma relação com a vida no presente. Cultura, patrimônio e tradição são produtos dissociados do cotidiano do professor e da vida dos alunos.” (Santos, 2008, p. 132-133).

4-Museu da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro

Durante o dia nove de outubro de 2023 realizei uma visita ao Museu da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, localizado na capital carioca, especificamente na rua da Relação, número 40. Ele foi criado em 1912, sendo chamado nesta época de “Museu do Crime”¹⁰, por grande parte do seu acervo ser constituído de apreensões feitas pela Polícia Civil. Até 2013, o museu ficava localizado no prédio original, denominado Palácio Central da Polícia, construído

⁹ Devido à limitação de tempo para a produção da pesquisa, foram cinco visitantes entrevistados, de origem tanto do nordeste quanto do sudeste do país.

¹⁰ Informações retiradas de arquivos pessoais referente a entrevista.

entre 1908 e 1922 através de um modelo panóptico¹¹ com o objetivo de “enaltecer o Estado republicano no contexto da modernização urbana em curso no Rio de Janeiro, capital da recente República brasileira (1889), no início do século XX.” (Pradal, 2017b), modernização esta que incluía políticas higienistas e de embelezamento da cidade, além da prática do controle social das “classes perigosas” - homens pobres com posições pouco definidas na sociedade, a quem atribuíam ações de “malandragem” - (Carvalho, 2018, p. 16-18 apud Patrasso, 2013) pela polícia, a fim de estabelecer o disciplinamento das massas (Pradal, 2017a).

Há poucos porém valiosos textos sobre este patrimônio, com uma das maiores expoentes sendo a advogada Fernanda Ferreira Pradal, a qual escreve acerca das disputas de memória que ocorrem neste prédio, antiga sede do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/GB), em dois textos principais: sua tese de doutorado intitulada “A ‘justiça de transição’ no Brasil: o caso do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Rio de Janeiro” e o trabalho apresentado em 2017 na Journée d’Études Mémoire(s) et histoire(s) du temps present en Amérique Latine et en Espagne, em Paris, denominado “Lutas de memórias e projetos na disputa pelo antigo departamento de ordem política e social (DOPS) do Rio de Janeiro”.

Neste último trabalho, Pradal se propõe a analisar as disputas de memória entre a Polícia Civil e os grupos de ex-presos políticos e familiares de mortos e desaparecidos políticos (por exemplo o Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, a Comissão da Verdade do Rio de Janeiro e o grupo Ocupa DOPS), em torno deste prédio, o Palácio Central da Polícia (Pradal, 2017b). Nos anos 2000 e 2010, houveram propostas de organizar um memorial, neste local, que abarcasse as memórias dos ex-presos políticos, mas ambas as ideias perderam essa “batalha de memórias” (Pollak, 1989) a favor da Polícia Civil, que ainda administra o prédio hoje em dia. Os dois grupos entendem o lugar de formas diferentes: “Os que lutam pelo centro de memória destacam o simbolismo do lugar como sede de todas as polícias políticas da história republicana e centro de prisão, tortura e morte de resistentes.” (Pradal, 2017b), enquanto a Polícia Civil enxerga o local como sua sede, que abrange os anos de 1908 a 1983, não apenas o período pós 1964, manifestando uma “narrativa redutora da dimensão e da importância do DOPS. Afirma que o órgão funcionou somente dez anos e apenas em uma parte do prédio...” (Pradal, 2017b) e que ele era administrado por militares, não pela Polícia Civil.

Entretanto, apesar do conhecimento sobre este edifício já ter abrigado diversas outras instituições além do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/GB) - que funcionou de

¹¹ Esse efeito panóptico foi analisada por Michel Foucault em sua obra “Vigiar e Punir: nascimento da prisão” (2014), sendo, resumidamente, um modelo que pode ser implantado em diversas instituições, onde todos são constantemente vigiados a fim de controlar o comportamento dos indivíduos.

1962 a 1975 - como a Escola de Polícia Científica, os Institutos Félix Pacheco, Carlos Éboli e Afrânio Peixoto, o Gabinete Médico Legal, o Museu do Crime,¹² a Polícia Central do Distrito Federal, a Delegacia Especial de Segurança Política, a Delegacia de Ordem Pública e Social, e o Departamento Geral de Investigações Especiais (Rio de Janeiro, 2015), isso não diminui a importância deste espaço como um lugar de memória, pois é onde “repousam as evidências empíricas da memória coletiva de um grupo social específico” (Nora, 1993 apud Ferraz; Campos, 2018). No relatório final da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro é comprovado, por meio de testemunhos de ex-presos políticos, as torturas, prisões ilegais e mortes praticadas no edifício desde a década de 1920, passando pela ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas até o final da Ditadura Civil-Militar instaurada em 1964 (Rio de Janeiro, 2015).¹³

Desde os primeiros momentos do golpe de 64, a estrutura do Departamento (DOPS/GB) foi incorporada à ação violenta da ditadura, comandada pelas Forças Armadas. Para a imediata identificação dos integrantes dos grupos “subversivos”, a repressão militar contou com a valiosa ajuda dos arquivos mantidos pelo DOPS/GB, que também colocou à disposição seus recursos humanos e materiais já estruturados no momento do golpe. As prisões de militantes dos mais variados grupos politicamente organizados foi imediatamente implementada em massa pelos órgãos da repressão, sendo tão intensa que superlotou as carceragens então disponíveis, passando a contar com quartéis, ginásios e navios ancorados na Baía de Guanabara para dar conta do contingente de detidos. O DOPS/GB já demonstrava as funções que exerceria durante a ditadura, servindo como uma espécie de centro de triagem de presos e também como um local de prisão, tortura e morte. (Rio de Janeiro, 2015, p. 300-301).

Atualmente, o prédio está fechado para reformas, pois sua estrutura foi abalada pela construção do prédio da Petrobrás ao lado, então o museu está em uma pequena sala (contendo infiltrações no teto e baldes no chão para controlar goteiras) adjacente ao local original, no estacionamento da atual delegacia, o que dificulta a visibilidade do museu para um possível visitante que estiver percorrendo as ruas do centro do Rio de Janeiro. Ademais, este espaço é muito restrito para um acervo tão vasto, constituído por mais de 5000 peças que a museóloga atual está inventariando, pois somente houve a contratação de um técnico especializado em museus no ano de 2022, ou seja, de 1912 a 2022 o museu foi gerido apenas por policiais civis sem treinamento especializado na área de história ou museologia.¹⁴

¹² Informações retiradas de arquivos pessoais referente a entrevista e da exposição permanente do Museu da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

¹³ Houveram muitos presos conhecidos no Palácio Central da Polícia, como Graciliano Ramos, Carlos Lacerda, Olga Benário, Luiz Carlos Prestes, Carlos Marighella e Nise da Silveira (Rio de Janeiro, 2015). Para maiores informações acerca das violações dos direitos humanos praticadas neste prédio, ver o relatório final da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro.

¹⁴ Informações retiradas de arquivos pessoais referente a entrevista.

A exposição de longa duração do Museu da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro está feita de forma improvisada em uma pequena sala, então apenas poucas peças estão expostas em mesas expositoras a fim de narrar a história da Polícia Civil, como azulejos retirados do antigo prédio, bandeiras, armamentos (armas de fogo e espadas), distintivos e uniformes doados por antigos policiais ou suas famílias, fotografias, carteiras de Polícia, aparelhos de radiocomunicação utilizados pela instituição nos anos 1960, teletipo dos anos 60 e 70, carteiras de identidade emitidas pelo Instituto de Identificação Félix Pacheco, equipamento da perícia criminal da década de 60 e carteiras de identidade falsas. O museu conta ainda com o paralamo do automóvel do ex-presidente Juscelino Kubitschek, com as marcações feitas por peritos na época do acidente,¹⁵ e também uma mostra atual de fotografias com o tema "Olhares sobre a Polícia Civil - Em defesa de quem precisar", sendo estas fotos o resultado de um concurso de fotografias promovido pelo Departamento Geral de Gestão de Pessoas.

Imagem 2 - parte da exposição permanente do Museu da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.



Fonte: fotografia do dia 09 de outubro de 2023, retirada do meu arquivo pessoal.

Além disso, a instituição possui muitos painéis explicativos da organização policial durante os anos do Império, passando pela República até a atualidade, realizando, dessa forma,

¹⁵ O ex-presidente morreu em um acidente de carro em 1976, na Rodovia Presidente Dutra (Resende, RJ), fato contestado pela Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, a qual defende que o ex-presidente foi assassinado pela ditadura. O Museu da Polícia Civil não retrata sobre as contestações feitas pela Comissão. Para saber mais, ver <https://www.saopaulo.sp.leg.br/apartes-antiores/revista-apartes/numero-5-janeiro-fevereiro2014/no05-emboscada-para-jk/>. Acesso em: 15 set. 2024.

um histórico da polícia judiciária, buscando o que seriam suas características atuais em grupos que residiam no país já em 1565.¹⁶ Em três painéis distintos é possível visualizar os seguintes trechos:

Com a inauguração do prédio da Polícia Central em 1910 e a incorporação dos avanços científicos da época, inicia-se uma nova fase com a implementação de uma polícia investigativa, a polícia ideal dos juristas - cumpridora da Lei e aliada da Justiça - a serviço do bem comum: a polícia judiciária proposta pelo estadista francês Clemenceau “como a única que convém à Democracia”.¹⁷

Os anos de 1930 assistem a uma mudança de paradigma do pensamento policial. Com o país convulsionado pela Intentona Comunista e pela tentativa de golpe dos Integralistas, além da infiltração de espões nazistas, a Chefia de Polícia passa a ser ocupada por militares e a privilegiar o enfrentamento, fortalecendo, desta forma, a polícia política, bem como a recém criada Polícia Especial - um valoroso grupo de elite fundado em ideais de coragem e vigor físico.¹⁸

Durante o breve período democrático que se seguiu [após o fim do Estado Novo], foi notório o respeito à Constituição Federal e aos direitos individuais, garantidos pela figura do Curador Nilton Marques Cruz à frente da Superintendência de Polícia Judiciária, sucedido pela personalidade impecável do Delegado Luiz Alexandre Lafayette Stockler.¹⁹

Logo, é perceptível a partir dos textos acima citados e dos objetos em exposição que este é um museu tradicional que, de acordo com o site da instituição, possui como objetivo “o resgate da memória da instituição policial, através da aquisição, preservação, pesquisa, exposição e difusão de evidência de sua história” (Museu, 2017). No entanto, a partir dos trechos acima também é possível destacar a maneira expositiva e pouco crítica com que o museu narra sua história, sem problematizações e exaltando grandes figuras da força policial e a própria atuação da instituição em si como um modelo somente positivo de força e coragem, por exemplo, relatando como a polícia prendeu rapidamente um homem responsável por tentar assassinar D. Pedro II em 1889,²⁰ porém sem citar a repressão da polícia no início do século XX à ociosidade (também conhecida como vadiagem), à capoeira e outras manifestações afro-brasileiras, aos menores abandonados, aos estrangeiros considerados “nocivos” etc, tudo isso em vista de controlar o espaço urbano e restaurar a “ordem” no país (Pradal, 2017a).

¹⁶ Mas a primeira organização oficial policial administrativa do Brasil foi criada somente em junho de 1808, chamando-se Secretaria de Polícia.

¹⁷ Texto retirado de painéis presentes na exposição permanente do Museu da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

¹⁸ Texto retirado de painéis presentes na exposição permanente do Museu da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

¹⁹ Texto retirado de painéis presentes na exposição permanente do Museu da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

²⁰ Informações retiradas da exposição permanente do Museu da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

Acerca do DOPS/GB, o museu narra brevemente sobre o tema em dois momentos: um painel contendo imagens atuais do interior do Palácio Central de Polícia, inclusive com uma foto contendo uma inscrição gravada na parede "Ditadura nunca mais", além de um pequeno texto que retrata o DOPS como sendo uma instituição a parte, a qual é dirigida por militares e sem contato com os policiais civis. Em um segundo momento, há um painel onde está descrito:

Durante o regime militar, iniciado em 1964, houve um recrudescimento do espírito de enfrentamento da era Vargas, com a Polícia novamente sob o comando de militares e a adesão de parte dos policiais ao regime. Todavia, o respeito adquirido pela Polícia nas décadas anteriores, transmite, mesmo em uma época de intensa repressão política, um clima de segurança à população baseado em uma eficiente luta contra o crime comum.²¹

Em ambos os painéis, é possível perceber que a Polícia Civil responsabiliza sobremaneira os militares do período pelas ações da instituição, retirando muita da responsabilidade da própria polícia, juntamente com a exaltação acerca de um “clima de segurança à população” baseado no respeito desta pela instituição, mas será que isso foi mesmo possível com, pelo menos, nove pessoas que trabalharam no antigo DOPS/GB sendo apontadas como responsáveis por crimes no período da ditadura, de acordo com o relatório final da Comissão Nacional da Verdade? (Veja, 2014). Portanto, como posto por Ulpiano T. Bezerra de Meneses (2005), não basta apenas inserir os objetos (ou painéis) em exposição, é preciso problematizar, criar uma temática, entender seus sentidos sociais, explorá-los de acordo com as demandas do tempo presente, o que, claramente, esta instituição não realiza ao permanecer com uma exposição nos moldes tradicionais - com o uso de objetos que fornecem credibilidade aos valores que se devem exaltar e o uso de muitos painéis ao invés de dar enfoque na exploração dos objetos (Meneses, 2005) - e sem incluir as demandas de grupos de ex-presos políticos e familiares de mortos e desaparecidos políticos, os quais lutam para que suas memórias deixem de ser “subterrâneas” (Pollak, 1989) e adentrem as disputas do espaço público.

Já na reserva técnica é onde permanece grande parte das peças, as quais são constituídas por uniformes policiais, bonecos de cera utilizados na Escola de Polícia Científica, troféus de torneios que ocorrem na instituição até os dias de hoje (como natação e judô), além de outras peças de categoria mais “subversiva”, como instrumentos apreendidos de clínicas de aborto clandestinas, jogos de azar, bandeiras nazistas, objetos pertencentes ao movimento integralista,

²¹ Texto retirado de painéis presentes na exposição permanente do Museu da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

entorpecentes apreendidos, além de armas apreendidas ou feitas por prisioneiros nas celas do prédio.

Imagem 3 - reserva técnica do Museu da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.



Fonte: fotografia do dia 09 de outubro de 2023, retirada do meu arquivo pessoal.

Logo, é visível a ausência de empenho do museu em demonstrar para o público visitante os objetos capazes de gerar maior debate e, dessa forma, a produção de conhecimento histórico, inclusive sobre a ação da polícia até os dias de hoje, como a criminalização das drogas e do aborto, pois, de acordo com Paulo Freire “a questão fundamental não está em que o passado passe ou não passe, mas na maneira crítica, desperta, com que entendemos a presença do passado em procedimentos do presente” (Freire, p. 75, 2000 apud Santos, 2008).

Se o museu tem responsabilidades na transformação da sociedade (e a exposição, para tanto, é um recurso fecundo), isto se fará não com procedimentos de exclusão elitista, ou catequese populista, mas na medida em que contribuir para capacitar nas escolhas todos aqueles com quem puder se envolver. Se o museu se eximir da obrigação de aguçar a consciência crítica e de criar condições para seu exercício estará apenas praticando uma forma mascarada do autoritarismo que os museólogos tanto têm exposto à execração. (Meneses, 2005, p. 52-53).

Isto posto, também é pertinente o fato de que os programas educativos e culturais do museu são extremamente pontuais, o que deixa claro a ineficiência desta instituição em aplicar suas responsabilidades sociais e políticas perante os visitantes (Meneses, 2005), visitantes estes os quais eu não consegui entrevistar pois eles não compareceram, ou seja, por vezes não há atrativos suficientes na instituição para que eles apareçam com a frequência desejada.

5-Memorial da Resistência de São Paulo

Em 16 de novembro de 2023 tive a oportunidade de visitar o Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP) pela primeira vez. De acordo com o site da instituição, este é “o maior museu de história dedicado à memória política das resistências e da luta pela democracia no Brasil, e tem como missão a valorização da cidadania, da pesquisa e da educação...” (Institucional, sem data).

O museu foi criado em 2009, sendo o primeiro espaço brasileiro a exaltar a memória da resistência ao Regime de 1964, porém já existiam discussões sobre sua instituição desde, pelo menos, 1979 com a Lei da Anistia promulgada no Brasil, o que demonstra a função dele não apenas como um repositório de acervo, mas como “a materialização de um longo processo de disputas políticas e negociações.” (Costa; Trindade, 2017, p. 409).

Primeiramente, o prédio onde encontra-se o Memorial foi construído em 1914 pelo arquiteto Francisco de Paula Ramos Azevedo para ser o armazém e escritório da Estrada de Ferro Sorocabana, entretanto, em 1939, este lugar é desocupado para tornar-se a sede da Secretaria de Segurança Pública. É apenas em 1942 que é instalado o Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP), o qual permanecerá no edifício até 1983²², sendo esta uma polícia política com estratégias militares e praticante do controle e repressão²³ a diversos grupos sociais (como os comunistas, os anarquistas, os operários grevistas e qualquer outro indivíduo que não estivesse de acordo com a moral vigente) durante dois momentos de exceção da história brasileira: o Estado Novo de Getúlio Vargas (1930-1945) e a Ditadura Civil-Militar Brasileira (Costa; Trindade, 2017; Gumieri, 2012; Ramos, 2020).²⁴

De 1983 a 1997 o prédio no centro de São Paulo passa a abrigar a DECON, a Delegacia de Defesa do Consumidor (Valle; Cury, 2012, p. 47). Em 1998, a partir da luta de ex-presos políticos, de organizações de direitos humanos, de familiares de mortos e desaparecidos e de

²² “O DEOPS foi fechado em 1983 e a antiga estação foi desocupada pelas atividades do setor. O arquivo produzido pelo órgão foi transferido para a Polícia Federal até 1991, passando então à guarda da Secretaria de Estado da Cultura e cabendo ao Arquivo do Estado de São Paulo a tarefa de organizá-lo, preservá-lo e, posteriormente, disponibilizá-lo às pesquisas. A respeito do edifício, sua recuperação foi iniciada em meio ao processo mais amplo de revitalização do centro da cidade de São Paulo, sendo tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat) em 1999.” (Gumieri, 2012, p. 3).

²³ Algumas atividades de repressão que o DEOPS/SP praticava consistiam em: censura, torturas, morte, invasão de domicílio e prisões ilegais.

²⁴ Alguns dos prisioneiros ilustres que passaram pelo DEOPS/SP foram a ex-presidente Dilma Rousseff, o atual presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva, além dos escritores Monteiro Lobato e Caio Prado Júnior (Valle; Cury, 2012, p. 47).

instâncias governamentais em conjunto com o Poder Público, o prédio do antigo DEOPS/SP teve sua administração transferida da Secretaria de Justiça para a Secretaria de Estado da Cultura, então houve várias propostas de utilização deste espaço, como uma escola de música²⁵, entretanto, a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo solicitou que a Pinacoteca do Estado criasse um projeto museológico para o “Memorial da Liberdade”, o qual não permaneceu com este nome pois os “ex-presos políticos (...) discordaram do uso do termo ‘liberdade’ em associação às torturas e mortes ocorridas no interior do prédio, o qual passou a se chamar Memorial da Resistência de São Paulo, inaugurado em 24 de janeiro de 2009. (Gumieri, 2012, p. 3).²⁶

Logo, o MRSP se instituiu no térreo do edifício por meio de um projeto museológico construído em diálogo entre historiadores, militantes e museólogos, recorrendo à coleta de testemunhos para “reconstituir as características físicas do espaço para preservação.” (Costa; Trindade, 2017, p. 418). Dessa forma, o Memorial, sendo estruturado através de ações de pesquisa, salvaguarda e comunicação, “é configurado a partir de (e por) seis linhas de ação: Centro de Referência, Coleta Regular de Testemunhos, Lugares da Memória, Exposição, Ação Educativa e Ação Cultural.” (Gumieri, 2012, p. 4). Portanto, foram reconstituídas as quatro celas do complexo prisional, o corredor principal e o corredor de banho de sol, os quais fazem parte da exposição permanente que analisarei a seguir.

A exposição permanente também foi criada no ano de inauguração do museu, e permanece até hoje com poucas alterações. O interessante a ser destacado é o fato desta exibição ter sido elaborada também de maneira colaborativa, ocasionando um aumento de autoestima tanto dos técnicos do museu quanto dos diversos grupos sociais envolvidos “quando o produto do seu trabalho é utilizado para a compreensão da realidade e para a construção de um novo conhecimento, atingindo, assim, os objetivos propostos na ação documental.” (Santos, 2008, p. 135).

...é necessário considerar toda a potência expressa pela exposição de longa duração do MRSP que, em grande medida, se justifica pela participação ativa dos atores sociais (ex-presos e perseguidos políticos, amigos e familiares), não só no momento de criação da exposição, como na vida cotidiana da instituição, de maneira permanente e intransferível... (Ramos, 2021, p. 68).

²⁵ Neste período, tanto o governo de São Paulo quanto a mídia apoiou o projeto da Escola Livre de Música: “A mídia, por sua vez, adotou uma narrativa em torno da ‘higienização simbólica’ do espaço, promovida pelo abafamento e substituição dos sons oriundos das práticas de tortura perpetradas pelos militares pelos sons orquestrais produzidos na Escola Superior de Música.” (Costa; Trindade, 2017, p. 415).

²⁶ De acordo com a pesquisadora sênior do Memorial da Resistência de São Paulo, Julia Gumieri, em 2008, no contexto de criação do Memorial, o Estado brasileiro possuía “o desejo pela construção de Políticas de Estado para reparação às violações da ditadura, orientando-se pelas perspectivas da justiça de transição” (Gumieri, 2021).

Resumidamente, a exposição permanente está organizada em quatro módulos distintos: “O edifício e suas memórias”, “Controle, Repressão e Resistência: o tempo político e a memória”, “Construção da memória: o cotidiano nas celas do DEOPS/SP” e “Da carceragem ao Centro de Referência”.

“O edifício e suas memórias” é a primeira parte da exposição que o visitante tem contato, e possui como objetivo a introdução do público na história do edifício (com foco na sua utilização como sede do DEOPS/SP) a partir de textos (plotagens) e um vídeo que apresenta um breve histórico da criação desta polícia política.

Já no segundo módulo, denominado “Controle, Repressão e Resistência: o tempo político e a memória”, há um livro de sugestões e registro dos visitantes, também existindo a utilização de dois monitores com tela interativa e, na parede seguinte, é adesivado uma linha do tempo que contém as variadas formas de resistência à Ditadura brasileira ao longo dos anos, além de uma seleção de fatos da história política do Brasil de 1889 até o ano de 2008, possuindo como meta aproximar²⁷

[...] na escala cronológica, acontecimentos resultantes dos conflitos políticos ocorridos ao longo dos dois últimos séculos, de singular importância para a trajetória da sociedade brasileira, a grandes fatos reconhecidos da História do país. A inserção desse recurso expositivo busca propiciar ao visitante informações atualizadas sobre o contexto histórico do Memorial, mas, também, potencializar uma reflexão sobre até que ponto as tensões e divergências políticas estão contextualizadas em nossa aprendizagem sobre o país. (Araujo; Bruno, 2009, p. 79 apud Voltolini, 2019, p. 81).

Ademais, há nesta sala uma maquete tátil da prisão do DEOPS/SP, planejada por meio dos relatos de ex-presos políticos que estiveram encarcerados neste local.

O terceiro módulo é, efetivamente, sobre o espaço carcerário que foi restaurado, abrangendo quatro celas, o corredor principal e o corredor de banho de sol, sendo este último um corredor com paredes cinzas (onde, em uma delas está escrito o seguinte depoimento: “a vinda ao corredor era uma vez por semana, por uma hora, uma cela de cada vez. Mas nem todos vieram”) e grades nas janelas e no teto, com um espelho no fim do corredor para que o visitante se sinta no lugar de alguém que esteve preso naquele local:

²⁷ Em 2018, a artista Clara Ianni realizou uma intervenção nesta linha do tempo, denominada “Formas de transição”, quando acrescentou outros episódios de violência estatal desde a redemocratização do Brasil até o ano de 2017. Esta intervenção artística demonstra “o interesse da instituição em acrescentar novas camadas de leitura em sua exposição de longa duração, que apontam para as violações de direitos humanos na contemporaneidade.” (Ramos, 2021, p. 77-78).

Ao olhar no espelho, o visitante vê a si mesmo, sob as grades, tomando banho de sol. Este momento do espelho somado às leituras dos testemunhos, formam um primeiro convite a uma experiência de empatia, no sentido de uma pessoa se colocar no lugar de outra, entender sua dor, sem a obrigatoriedade de ter que passar pelas mesmas experiências traumáticas. (Voltolini, 2019, p. 87).

Na primeira cela nos é apresentado (por meio de plotagem com textos e fotos nas paredes) como ocorreu o processo de instituição do Memorial com grande participação (e depoimentos) dos ex-presos políticos. Na segunda cela existe um vídeo, sem áudio, que homenageia os desaparecidos, os mortos e os ex-presos do Regime. Já na terceira cela, a mais emocionante, há uma reconstituição (de acordo com a memória dos ex-presos) de como era aquela cela no período de funcionamento do DEOPS/SP, “oferecendo ao visitante uma experiência sensível do discurso expositivo proposto, por meio das cores, sons, ambientações, imagens, objetos e percursos.” (Voltolini, 2019, p. 97).

Imagem 4 - cela 3



Fonte: fotografia do dia 16 de novembro de 2023, retirada do meu arquivo pessoal.

Na última cela está montada uma instalação sonora com depoimentos dos ex-presos sobre o cotidiano naquela prisão (gravadas a partir do Programa Coleta Regular de Testemunhos do MRSP) e com a presença de um cravo vermelho natural.

O significado do cravo pode ser entendido após ouvir o áudio com os relatos dos ex-presos políticos, onde em um deles uma ex-presa política narra que um dia, em meados do Natal, pediu para um dos seus familiares trazer um bolo e flores, para serem repartidas entre as celas. Então o familiar trouxe um grande buquê de cravos vermelhos, e como pedido, foi distribuído entre as celas, “isso foi marcante pois muitos ali não viam a natureza viva, há muitos anos”... (Voltolini, 2019, p. 105).

No corredor que interliga as celas, em uma parede há o seguinte depoimento: “na parte de cima do fim do corredor, tinha uma guarita e um guarda com fuzil. Por isso não podia demorar em frente às grades”. Mais à frente do corredor também tem um desenho adesivado na parede que referencia a missa realizada pelos frades dominicanos que foram presos e torturados no DEOPS/SP em 1969, além de ser transmitido, neste mesmo local, “imagens de arquivo de manifestações políticas, artísticas e culturais ocorridas na cidade de São Paulo durante o período da Ditadura...” (Ramos, 2021, p. 79) e possuir vitrines com cartas e envelopes originais escritas e enviadas por ex-presos políticos para seus amigos e familiares enquanto estavam encarcerados.

A última parte da exposição, “Da carceragem ao Centro de Referência”, é um espaço onde, de acordo com a museóloga Luiza Giandalia Ramos, havia dois computadores disponíveis para que os visitantes pudessem acessar “o banco de dados da instituição, bem como as entrevistas produzidas pelo Programa Coleta Regular de Testemunhos, além de outros sites de instituições preservacionistas do Brasil e do exterior, que dialogam com as temáticas do Memorial.” (Ramos, 2021, p. 80). Ademais, também havia nesta sala uma vitrine com objetos e documentos do arquivo do DEOPS/SP. Infelizmente, não consegui visitar este módulo, pois está desativado a fim de haver uma reformulação.

Isto posto, é perceptível que o Memorial da Resistência de São Paulo cumpre com as responsabilidades sociais, políticas e educacionais de um museu de história, apresentando um grande impacto pedagógico ao entremear um ótimo trabalho com pesquisa histórica (o qual ocorre até hoje) com a sensibilização do público, recorrendo não só ao repasse de informações de forma expositiva, mas também ao sentimento de empatia para que o visitante entenda o sofrimento de alguém que foi um preso político apenas por ser contra um regime ditatorial que negou direitos básicos a sua população. Entretanto, é uma falha atual do museu, após a desmobilização da exposição “Da carceragem ao Centro de Referência”, o fato de haver poucos

objetos históricos para exibição, sendo estes de extrema importância porque “Os artefatos, por exemplo, são não apenas produtos, mas vetores de relações sociais. (...) Trata-se, isto sim, de entender o fenômeno complexo da apropriação social de segmentos da natureza física - e, mais ainda, de apreender a dimensão material da vida social” (Meneses, 1983 apud Meneses, 2005, p. 18), além de gerarem democratização ao ampliar o acesso para o público visitante (Meneses, 2005). Ao invés disso, esta instituição escolhe majoritariamente o uso de recursos de multimídia e plotagens com textos e fotos, o que não é infundado, porém, esquece de depositar enfoque no que é específico do museu, o objeto (Meneses, 2005, p. 38).

Além do mais, na exposição permanente há uma falta de pluralidades, ou seja, não é demonstrado os diversos tipos de resistência, por vezes esquecidos, à Ditadura Civil-Militar, como a resistência indígena, a resistência negra, a resistência e opressão específica acerca da questão de gênero, a resistência camponesa, a resistência da comunidade LGBTQIA+ entre tantos outros. De acordo com a pesquisadora do Memorial Julia Gumieri, os visitantes notam esses silenciamentos, problematizando as seguintes questões: “por que a resistência museografada não é plural? E por que a violência de Estado não acabou para outras (e grandes parcelas) da população brasileira? Vocês (Memorial) também a entendem como resistência?” (Gumieri, 2021, p. 5). Ademais, segundo a mesma, o público, por meio de seus escritos nos livros de visita, também sentem falta de um destaque às torturas na exposição, tanto durante os 21 anos de exceção no país quanto na atualidade (Gumieri, 2021). Para a autora,

...ainda que o Memorial venha tentando incorporar esses debates e acolher as críticas que tem recebido nos últimos anos sobre sua expografia, há de se considerar uma questão que as vezes não chega no público: os recorrentes cortes de verba para os museus via governo do estado e a impossibilidade de reformular o espaço sem orçamento e sem equipe suficiente. Não que isso deva justificar as ausências na Exposição de Longa Duração, mas também limita a ação da instituição, que não conseguiu rever sua expografia a fim de incorporar os debates mais recentes principalmente sobre a questão das múltiplas resistências à ditadura. A resposta da instituição, nesse sentido, tem sido a ampliação dos Programas de Pesquisa e da Ação Educativa... (Gumieri, 2021, p. 7).

Para finalizar, entrevistei duas professoras do interior de São Paulo que realizavam visitação escolar com seus alunos no Memorial. De acordo com elas, o objetivo era demonstrar aos alunos o que ocorreu de fato durante a ditadura, dessa forma, superando os diversos negacionismos sobre o tema presentes na atualidade. De forma geral, a avaliação delas sobre o museu é muito positiva, comprovando que este é capaz de criar um espírito crítico em seu público, tornando-o sujeito ativo no conhecimento, um agente (Meneses, 2005).

A face educativa do memorial é um instrumento de conscientização e de promoção da paz e é objeto de grande investimento. Maria Victoria Benevides (2007) explica que a educação em direitos humanos diz respeito a educadores e educandos e que parte de três pontos principais: é continuada, permanente e global; tem foco na mudança cultural; e, para além de transmitir conhecimento, busca atingir corações e mentes, caracterizando-se como uma educação em valores. (Silva; Braga, 2019, p. 117).

6-Conclusões

Portanto, com base nas análises realizadas ao longo deste trabalho, é perceptível que todos os museus anteriormente citados narram de alguma maneira o processo denominado de Ditadura Civil-Militar brasileira. Entretanto, apenas o Memorial da Resistência de São Paulo, mesmo com a ausência de alguns personagens, é o que apresenta da melhor forma a repressão realizada pelo Estado brasileiro, discursando sobre este momento histórico de forma clara, aberta, por meio de suas exposições permanentes e temporárias, principalmente ao recriar a atmosfera do antigo Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops), revitalizando e incluindo os testemunhos de ex-presos políticos nas antigas celas, no corredor principal e no corredor de banho de sol, para que os visitantes possam compreender quão traumático foi essa experiência passada, além de elaborarem oficinas e minicursos sobre a temática, sendo todas essas atividades divulgadas via site e Instagram da instituição.

Já os demais museus (Museu Histórico do Exército e Museu da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro) optam por uma narrativa que invisibiliza esse passado de maneira proposital, apagando-o de suas exposições permanentes como forma de ocultar do público as violências praticadas tanto pela Polícia Civil do Rio de Janeiro enquanto DOPS/GB quanto pelo Exército contra aqueles desfavoráveis ao Regime de 1964. Dessa forma, "...a falta de justiça e de políticas de Memória em torno do passado ditatorial brasileiro interferiram na consolidação de uma Memória Nacional e na permanência de debates negacionistas em torno do período da Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1985)." (Ivo, 2022, p. 11).

Logo, esse trabalho contribui para a análise da "batalha de memórias" (Pollak, 1989) em torno da ditadura no espaço público, especificamente dentro dos museus, sendo que há pouquíssima bibliografia discutindo sobre tal assunto no âmbito museológico. É necessário considerar os museus como espaços de formação intelectual do indivíduo e de produção de história pública, a qual propicia uma visão ampliada sobre o mundo cultural e político, por isso, é importante que retratem memórias traumáticas, as quais são consideradas passados que não passaram de fato, devido à falta de ressarcimento à todas as vítimas desses traumas, mesmo após o fim da Comissão Nacional da Verdade em 2014.

A criação tardia de uma Comissão da Verdade, apenas em 21 de setembro de 2011, já no mandato da presidenta Dilma Rousseff, o pacto conciliatório, o perdão cedido aos torturadores e a ideia de superação de um período traumático para seguir rumo ao progresso, fez com que o próprio Estado Brasileiro não punisse as violações cometidas, causando o silenciamento dessas memórias das torturas, dos assassinatos e dos desaparecimentos, tendo em vista que esse passado não deveria ser esquecido, uma vez que ele nunca mais deve se repetir. (Ivo, 2022, p. 11).

Ademais, agradeço a todos os trabalhadores dos presentes museus, os quais disponibilizaram o espaço para minha pesquisa acadêmica. Isso é de extrema importância para a consolidação dos estudos no campo da museologia no Brasil. Já à minha família, em específico aos meus avós, agradeço pelas memórias partilhadas. Muitas vezes elas podem não ser completas, com lacunas ausentes, mas sou imensamente feliz por carregar ao menos alguns fragmentos de vocês em minha trajetória.

A memória não é apenas uma pedra com hieróglifos entalhados, uma história contada. Memória lembra dunas de areia, grãos que se movem, transferem-se de uma parte a outra, ganham formas diferentes, levados pelo vento. Um fato hoje pode ser relido de outra forma amanhã. Memória é viva. Um detalhe de algo vivido pode ser lembrado anos depois, ganhar uma relevância que antes não tinha, e deixar em segundo plano aquilo que era então mais representativo. Pensamos hoje com a ajuda de uma parcela pequena do nosso passado. (Paiva, 2015).

7-Referências Bibliográficas

BAUER, Caroline S. Qual o papel da história pública frente ao revisionismo histórico? In: MAUAD, Ana M.; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane T. *Que história pública queremos?* São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 195-203.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2019.

CHAUVEAU, Agnès e TÉTART, Philippe. *Questões para a História do presente*. Bauru/SP: EDUSC, 1999. p. 07-37.

COSTA, Alessandra de Sá Mello da; TRINDADE, Talita de Oliveira. Reflexões sobre a Produção de Espaços de Memória em Contextos de Justiça de Transição: o caso do Memorial da Resistência de São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, v. 4, n. 2, 2017.

DOI: <https://doi.org/10.21583/2447-4851.rbeo.2017.v4n2.105>. Disponível em: <https://rbeo.emnuvens.com.br/rbeo/article/view/105>. Acesso em: 27 set. 2024.

DARC FERNANDES FERRAZ, J.; CAMPOS, L. P. *Os lugares de memória da ditadura: disputas entre o poder público e os movimentos sociais*. Cadernos de Sociomuseologia, v. 55, n. 11, 13 Jun. 2018.

EXPOSIÇÕES Permanentes. Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana, 2023. Disponível em: <https://www.google.com/search?ie=UTF-8&client=tablet-android-samsung-rvo1&source=android-browser&q=como+fazer+refer%C3%A0ncia+a+site+sem+autor>. Acesso em: 10 ago. 2024.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX - Volume 4*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

GUERREIRO, Gabriela. Governo anuncia abertura de parte dos arquivos sigilosos da ditadura. Folha de S. Paulo, Brasília, 11 de maio de 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2009/05/563975-governo-anuncia-abertura-de-parte-dos-arquivos-sigilosos-da-ditadura.shtml>. Acesso em: 11 ago. 2024.

GUMIERI, Julia. Análises de Livros de Visita do Memorial da Resistência de São Paulo e os confrontos entre memórias da ditadura. In: FRAGA, Hilda Jaqueline et al. (Orgs.). *Experimentações do patrimônio: diversidades e resistências [recurso eletrônico]*. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

GUMIERI, J. C. O Memorial da Resistência de São Paulo: reparação simbólica e ações preservacionistas. HISTÓRICA (SÃO PAULO. ONLINE) , v. n.54, p. 01-11, 2012.

GUTTERRES, Rafael Fraga. *Entre o mar e o Militar, o visitante do Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana'* 27/05/2013 91 f. Mestrado em MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Central UNIRIO e MAST.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990. p 131-160.

HISTÓRICO da participação brasileira em missões da ONU. Gov.br, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/copy_of_missoes-de-paz/historico-da-participacao-brasileira-em-missoes-da-onu. Acesso em: 10 ago. 2024.

INSTITUCIONAL. Memorial da Resistência de São Paulo, sem data. Disponível em: <https://memorialdaresistencia.org.br/institucional/>. Acesso em: 07 out. 2024.

IVO, L. V. DOIS PROJETOS PARA UM SÓ PRÉDIO: : uma análise do caso do DOPS da cidade do Rio de Janeiro. Revista Espacialidades, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 81–95, 2022. DOI:

10.21680/1984-817X.2022v18n2ID28078. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/28078>. Acesso em: 15 set. 2023.

MARQUES, Fernanda Cristina Nunes Pontes. *Musealização de uma fortificação: Um estudo sobre o Forte de Copacabana e sua ressonância*. Orientador: Professora Doutora Elizabete de Castro Mendonça. 2019. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) - UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/12902/fernanda_cristina_nunes_pontes_marques.pdf?sequence=1. Acesso em: 27 abr. 2023.

MAUAD, Ana M.; ALMEIDA, Juniele R. de; SANTHIAGO, Ricardo. *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MEMÓRIAS Reveladas retoma suas ações e marca seus 15 anos com debate e premiação. Agência Gov, 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202405/memorias-reveladas-retoma-suas-acoes-e-marca-seus-15-anos-com-debate-e-premiacao>. Acesso em: 11 ago. 2024.

MENESES, José Newton Coelho. Todo patrimônio é uma forma de história pública? In: MAUAD, Ana M.; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane T. *Que história pública queremos?* São Paulo: Letra e Voz, 2018.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. “A crise da Memória, História e Documento: reflexões para um tempo de transformações.” In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1999. pp. 11-29.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. de. A exposição museológica e o conhecimento Histórico. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves e VIDAL, Diana Gonçalves (Orgs.). *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. Belo Horizonte: Argumentvm; Brasília: CNPq, 2005, p. 15-88.

MISSÃO. Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana, 2023. Disponível em: <https://www.mhexfc.eb.mil.br/pt-br/missao.html>. Acesso em: 30 nov. 2023.

MUSEU da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: http://www.policiacivilrj.net.br/museu.php/carta_de_servicos_ao_cidadao_-_pcerj.pdf. Acesso em: 29 nov. 2023.

PAIVA, Marcelo Rubens. *Ainda Estou Aqui*. Rio de Janeiro: Editora Alfaguara, 2015.

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, DPH, 1992.

PATRASSO, A. L. de A. O desempenho da Escola de Polícia do Rio de Janeiro e a formação de uma identidade institucional científica (1903-1918). In: JORNADA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS E SAÚDE, 2., 2013, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

PEREIRA, M. H. de F. Nova direita?: guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). *Varia História*, v. 31, p. 863-902, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v31n57/0104-8775-vh-31-57-0863.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2023.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. vol.2, n.3. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 1989, p. 3-15.

PRADAL, Fernanda Ferreira. *A “justiça de transição” no Brasil: o caso do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Rio de Janeiro*. 2017. Tese (Doutorado em Direito) - Pós-Graduação em Direito, PUC-Rio, 2017a.

PRADAL, Fernanda Ferreira. Lutas de memórias e projetos na disputa pelo antigo departamento de ordem política e social (DOPS) do Rio de Janeiro. *Conserveries mémorielles [Online]*, v.20. 2017b. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cm/2651>. Acesso em: 23 de nov. de 2023.

RAMOS, Luiza Giandalia. *Musealidade e Território: uma metodologia de curadoria colaborativa para o Memorial da Resistência de São Paulo*. 2020. 166 fs. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2021.

REPORTAGEM premiada - Os 30 Anos da Anistia: o governo Lula e as reparações às vítimas da ditadura (08'18"). Câmara dos Deputados, 2009. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/329906-reportagem-premiada-os-30-anos-da-anistia-o-governo-lula-e-as-reparacoes-as-vitimas-da-ditadura-0818/?pagina=1#todas-edicoes>. Acesso em: 11 ago. 2024.

RIO DE JANEIRO (Estado). Comissão da Verdade do Rio. CEV-Rio. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. Museu e Educação: conceitos e métodos. In: *Encontros museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu*. Rio de Janeiro: Minc/IPHAN/DEMU, 2008, p. 126-145.

SILVA, A. S. da; BRAGA, V. L. Memorial da Resistência: um instrumento de políticas de memória, de educação em direitos humanos e de luta contra o esquecimento. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 101-122, 2019. DOI: 10.11606/issn.2237-1095.v9p101-

122. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/176278>. Acesso em: 27 abr. 2023.

THOMSON, Alistair. Reconstruindo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. In: REVISTA Projeto História. São Paulo, EDUC, 1997, n. 15, p. 51-84.

VALLE, Carlos Beltrão do; CURY, Marília Xavier. Museu de consciência x memória traumática - O Memorial da Resistência (São Paulo, Brasil). SIAM. Series Iberoamericanas de Museología., Vol. 4, Año 3, 2012. Disponível em: https://repositorio.uam.es/bitstream/handle/10486/11523/57196_3.pdf?sequence=1. Acesso em: 05 dez. 2023.

VEJA a lista dos 377 apontados como responsáveis por crimes na ditadura. G1, 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/veja-lista-dos-377-apontados-como-responsaveis-por-crimes-na-ditadura.html>. Acesso em: 16 set. 2024.

VOLTOLINI, Gustavo. *EXPOGRAFIA E RESISTÊNCIA: um estudo de caso da exposição de longa duração do Memorial da Resistência de São Paulo*. 20/12/2019 119 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

ZAHAVI, Gerald. Ensinando história pública no século XXI. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Org.) *Introdução à História Pública*. Belo Horizonte: Letra & Voz, 2011, p. 53-63.